

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JESSICA CRISTINA TAVARES

**POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO E INCENTIVO DA COMPETÊNCIA EM
INFORMAÇÃO EM INICIATIVAS PÚBLICAS**

CURITIBA

2016

JESSICA CRISTINA TAVARES

**POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO E INCENTIVO DA COMPETÊNCIA EM
INFORMAÇÃO POR MEIO DE INICIATIVAS PÚBLICAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Gestão da Informação, pelo Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Patrícia Zeni Marchiori

CURITIBA

2016

A educação quer formar pessoas completas, capazes de utilizar a democracia de uma maneira crítica e positiva. O cidadão democrata não é uma coisa espontânea, algo que nasce como as flores ou os animais selvagens. Ele é uma obra de arte social.

Fernando Savater

RESUMO

A competência em informação é um tema relevante no contexto da sociedade da informação e do conhecimento e é considerada imprescindível para o desenvolvimento social e humano. Neste contexto, esta investigação teve como objetivo identificar aspectos da competência em Informação no cenário político, especificamente nas iniciativas públicas brasileiras. Para alcançar este objetivo, os procedimentos metodológicos se dividiram em três fases: investigação preliminar, pesquisa documental e a análise de conteúdo, que permitiram categorizar os elementos relativos à competência em informação e relacioná-los com os programas temáticos do documento oficial brasileiro intitulado Plano Plurianual. Quanto aos resultados, foram encontrados seis programas, dos cinquenta e quatro existentes, que convergem com os elementos destacados sobre competência em informação, porém não há o destaque explícito sobre o tema. Desta forma, considera-se que existem possibilidades de inclusão e incentivos da competência em informação que podem ser integrados às diretrizes nacionais para implementação de políticas públicas.

Palavras-chave: Competência em informação. Políticas públicas. Plano Plurianual. Regime de informação.

ABSTRACT

The information literacy is an important theme on the information and knowledge society context and essential for the social and human development. In this context, the aim of this investigation is identify aspects of the information literacy in the political scenario, specifically in the Brazilian public initiatives. In order to achieve this aim, the methodological procedures were divided into three phases: preliminary investigation, documentary research and content analysis, which allowed the categorization of the elements associated to information literacy and to relate them to the thematic programs of the Brazilian Official document called Plurianual Plan. Regarding the results, six programs were found, out of the existing fifty-four, which converge with the elements highlighted on information literacy, but there is no explicit mention of the theme. In this way, it is considered that there are possibilities for inclusion and incentives of information literacy that can be integrated into the national guidelines for the implementation of public policies.

Palavras-chave: Information Literacy. Public Policies. Plano Plurianual. Regime of information.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – ETAPAS NA ELABORAÇÃO DO PPA 2016-2019	18
FIGURA 2 – CONDICIONANTES DO PLANO PLURIANUAL B.....	18
QUADRO 1 – TERMOS QUE REPRESENTAM O CONCEITO DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO.....	22
QUADRO 2 – RESULTADOS DA PESQUISA DOCUMENTAL EM COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NOS MOTORES DE BUSCA	24
TABELA 1 – UNIDADES DE REGISTRO E FREQUÊNCIA DAS PALAVRAS EXISTENTES NOS DOCUMENTOS VOLTADOS À COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO	27
QUADRO 3 – UNIDADES DE REGISTROS E CATEGORIAS DOS DOCUMENTOS VOLTADOS À COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO	28
QUADRO 4 – CATEGORIA DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS VOLTADOS A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: POLÍTICA	30
QUADRO 5 – CATEGORIA DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS VOLTADOS A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: EDUCAÇÃO.....	31
QUADRO 6 – CATEGORIA DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS VOLTADOS A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: ATORES/INSTITUIÇÕES	32
QUADRO 7 – PROGRAMAS TEMÁTICOS DO PLANO PLURIANUAL E CATEGORIAS DE ANÁLISE	35

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICO.....	10
1.2	JUSTIFICATIVA.....	210
2	REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1	REGIME DE INFORMAÇÃO	11
2.2	COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO	13
2.3	POLÍTICAS PÚBLICAS.....	15
2.3.1	Plano Plurianual no Estado Brasileiro	17
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	29
3.1	INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR	21
3.2	PESQUISA DOCUMENTAL	22
3.3	DADOS DOS DOCUMENTOS EM COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E O PLANO PLURIANUAL: ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	25
4	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	29
4.1	INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS SOBRE O TEMA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO.....	29
4.2	O PLANO PLURIANUAL BRASILEIRO E A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO.....	32
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
	REFERÊNCIAS	39
	APÊNDICE - RECORTE DE PROGRAMAS TEMÁTICOS, ÁREA TEMÁTICA, DIRETRIZ E EIXO ESTRATÉGICO DO PLANO PLURIANUAL 2016 - 2019	44

1 INTRODUÇÃO

A relevância dos estudos ligados à informação está associada ao desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação e à quantidade de dados e informações produzidas cotidianamente. Neste cenário, Werthein (2000, p. 71) aponta uma nova tendência da sociedade contemporânea em direção à chamada sociedade da informação, tendo esta como insumo e fator-chave a informação potencializada pelos avanços tecnológicos da microeletrônica e das telecomunicações.

A sociedade da informação também é designada como sociedade do conhecimento e, ainda, como sociedade em rede, no qual a informação e a tecnologia são elementos centrais. (DE MARI, 2008 apud ABREU, 2009, p. 7). Abreu (2009, p.1-2) aponta dois discursos que refletem e caracterizam a sociedade do conhecimento: o primeiro quanto ao mercado, suas exigências e a velocidade de fluxos de capital e informação; e o segundo, quanto à própria sociedade, integração, globalização e transformações políticas e culturais.

Quanto ao segundo discurso, um importante elemento a ser considerado é o conceito de regime de informação, que é determinante na sociedade da informação, uma vez que:

caracteriza e condiciona todos os outros regimes sociais, econômicos, culturais, das comunidades e do estado. Nesse sentido, a centralidade da comunicação e da informação produziria a maior dispersão das questões políticas da informação, perpassada e interceptada por todas as outras políticas: as públicas e as informais, as tácitas e as explícitas, as diretas ou indiretas. (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 1999).

Desta forma, o regime de informação e as políticas de informação, além de comporem um conjunto de decisões governamentais, programas de trabalho, sistemas e serviços, pressupõem a existência de um conjunto de valores políticos que balizam a sua elaboração e execução e são permeados pela disputa entre os interesses da sociedade civil, os interesses do Estado e os interesses do mercado. (FERREIRA; SANTOS; MACHADO, 2012, p.4). O conjunto de valores políticos e a disputa entre os interesses de diversos grupos têm efeitos significativos quanto ao exercício da cidadania, uma vez que esta depende da provisão de informações relacionadas aos direitos políticos, civis e sociais conquistados historicamente. (FERREIRA, 2003, p. 37).

Neste contexto, é desejável que os indivíduos possuam competência em informação, que se refere à capacidade do indivíduo de reconhecer a necessidade de informação e ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1989, não p.). Desta forma, a competência em informação auxilia quanto à compreensão da necessidade de acesso a informações públicas e entendimento e tratamento de problemas, que abrange desde questões relativas às suas próprias vidas, como à comunidade e sociedade que vivem. (PRATA, 2007, p. 32-33).

Vitorino e Piantola (2011, p. 6) ressaltam que a Competência em Informação:

[...] tem levado os governos de diversos países a empreender esforços no sentido de incentivar programas voltados à competência informacional de seus cidadãos, visando à sua participação nas decisões e nas transformações referentes à vida social, ou seja, ao exercício de sua cidadania. (VITORINO; PIANTOLA, 2011, p. 6).

Neste sentido, é reconhecida a importância das políticas públicas, uma vez que estas são as totalidades de ações, metas e planos que os governos traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e do interesse público. (CALDAS et al., 2008, p. 5).

Ao se verificarem políticas públicas no contexto da sociedade da informação são perceptíveis ao menos dois vieses:

- a) a informação inserida no processo, uma vez que, no ponto de vista funcional, esta pode viabilizar a elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas sociais e está voltada para a análise da realidade social e subsequente elaboração, aplicação e controle de políticas públicas. (FERREIRA, 2003, p. 37);
- b) informação sob o enfoque do indivíduo, o qual é parte central de qualquer processo informacional. (CARVALHO, 2010, p. 20).

Importante elemento a considerar no enfoque do indivíduo, no âmbito de políticas públicas, é a participação social, pois a “participação pressupõe, entre outros fatores, a necessidade de informação, de conhecimento, tanto das intenções como dos efeitos ou consequências das ações pretendidas ou empreendidas”. (SACHETO, 2011, p. 2). Dias e Matos (2012, p. 162), ao citarem o documento

divulgado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), intitulado “Redução da pobreza e fortalecimento do capital social e a participação: a ação recente do Banco Interamericano de Desenvolvimento”, destacam duas vantagens da participação social: a) a participação cidadã gera investimentos, mobiliza recursos humanos e financeiros adicionais, promove a equidade e contribui de maneira decisiva ao processo de fortalecimento da cidadania; b) os governos da região deveriam considerar a participação cidadã como elemento central nas formulação das políticas sociais, fomentando a criação de organizações sociais, redes e tecidos sociais que aumentem a capacidade do cidadão para administrar seus próprios assuntos e para intervir na negociação com o setor público.

No Brasil, as ações, metas e planos estão refletidas no documento intitulado Plano Plurianual, que consiste em um instrumento de planejamento governamental de médio prazo que declara as escolhas do governo e da sociedade, indica os meios para implementar políticas públicas e orienta taticamente a ação do Estado para a consecução dos objetivos pretendidos. (BRASIL, 2015, p. 5).

O Plano Plurianual se estrutura em três dimensões:

- a) estratégica: que precede e orienta a elaboração dos Programas Temáticos, os quais retratam as agendas de governo e são organizadas por recortes selecionados de Políticas Públicas. Esta dimensão é composta por uma Visão de Futuro, Eixos e Diretrizes Estratégicas;
- b) tática: aborda as entregas de bens e serviços pelo Estado à sociedade. Neste item estão inclusos os programas temáticos;
- c) operacional: refere-se à otimização da aplicação dos recursos disponíveis e a qualidade dos produtos entregues, sendo especialmente tratada no Orçamento. (BRASIL, 2015, p. 5).

Assim, no contexto das iniciativas públicas brasileiras esta investigação se insere no reconhecimento da competência em informação como diretriz desejada para desenvolvimento humano e social. Desta forma, a pergunta central desta pesquisa é: como o documento brasileiro intitulado Plano Plurianual, que reflete as ações, metas e planos governamentais, incorpora os aspectos de incentivo e inclusão da competência em informação em seu nível estratégico e tático?

1.1 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

O objetivo geral desta investigação é identificar aspectos e possibilidades da competência em Informação no cenário político, mais especificamente em iniciativas do poder público brasileiro.

Os objetivos específicos do trabalho são:

- a) explorar diretrizes, recomendações e ações para inclusão e incentivo da Competência em Informação;
- b) apresentar o documento norteador de políticas públicas no Brasil e seus eixos de influência;
- c) categorizar os elementos relativos à Competência em Informação relacionando-os com os programas temáticos do documento oficial brasileiro Plano Plurianual 2016-2019.

1.2 JUSTIFICATIVA

Justifica o interesse pela pesquisa a importância de estudar a informação sob enfoque social, uma vez que a crescente produção de informação tem como consequência o aumento da complexidade para encontrar informações de valor e usá-las nos âmbitos necessários. Neste sentido a temática competência em informação ganha relevância, uma vez que é considerada fator crítico e condicionante para a inclusão dos indivíduos no contexto da sociedade da informação. Cabe ressaltar que a competência em informação também está associada e é dependente de outros enfoques de informação, como a liberdade de informação, acesso e uso da informação, o que reforça a importância de estudar o tema.

A importância social do tema também é ressaltada pela Declaração de Moscou (2012), que considera a competência info-midiática (Media and Information Literacy - MIL) um pré-requisito para o desenvolvimento sustentável em uma Sociedade do Conhecimento aberta, plural, inclusiva e participativa, que integra as instituições, organizações, comunidades e indivíduos que as compõem.

As motivações pessoais que influenciaram a escolha do tema estão relacionadas à busca de uma trajetória acadêmica e profissional que incorpora questões de relevância social, considerando que a educação também deve formar

atores sociais preocupados e dispostos a contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade justa e equitativa, na qual os processos de informação são críticas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico está estruturado de forma a abordar as três temáticas que se inter-relacionam nesta investigação. A primeira sobre o regime de informação, a segunda sobre competência em informação e, a terceira, sobre políticas públicas.

2.1 REGIME DE INFORMAÇÃO

Unger (2006, p.28) define regimes de informação como ambientes onde convivem os sistemas de recuperação de informação, as linguagens documentárias e os seres humanos com suas necessidades informacionais.

Magnani e Pinheiro (2011, p. 596) ressaltam que:

o 'regime de informação' ou o 'regime global de política de informação' são conceitos que vem sendo trabalhados na Ciência da Informação como uma forma de se obter uma paisagem do campo de ação da política de informação relacionando atores, tecnologias, representações, normas, e padrões regulatórios que configuram políticas implícitas ou explícitas de informação.

Braman (2004, p. 34) menciona que existem características explícitas em um regime de informação, que incluem a transparência, redes como princípios organizacionais, responsabilidade compartilhado do setor público e privado para a formulação de política e poder informacional como forma dominante de poder, salientando que o poder informacional controla comportamentos através da manipulação de bases informacionais dos materiais, das instituições e dos símbolos.

Para Ferreira, Santos e Machado (2012, p. 4) o regime de informação pode ser entendido como:

o palco de conflitos políticos e também de negociações entre diversos grupos da sociedade civil e o poder público, refletindo por um lado os interesses por fluxo de informações mais livre e por outro os interesses por um maior controle das informações.

Existem elementos que descreve a constituição de um Regime de Informação que, segundo Delaia e Freire (2010, p. 109-111) com base em González de Gómez, Frohmann, Foucault e Colins, são:

- a) dispositivos de informação: mecanismo operacional, ou um conjunto de meios composto de regras de formação e de transformação desde o seu início;
- b) artefatos de informação modos tecnológicos ou materiais de armazenagem, processamento e transmissão de dados, de mensagens e de informações;
- c) atores de informação: são aqueles que protagonizam a dinâmica do processo possuindo algum grau de envolvimento nas ações de informação;
- d) ações de informação: ações que objetivam dar suporte à dinâmica do regime. Estas ações podem ser: de mediação, formativa ou relacional.

Importante elemento a considerar neste contexto é a Política de informação, o qual se baseia em um conjunto de princípios, diretrizes e estratégias que orientam o curso de ação de programas e projetos destinados à geração, desenvolvimento, distribuição, difusão e uso dos recursos, serviços e sistemas de informação. (UNGER, 2006, p. 27)

Ferreira, Santos e Machado (2012, p. 4) afirmam que as políticas de informação são um desafio que muitos países devem enfrentar para participarem de fato da sociedade da informação, considerando as demandas socioculturais e a necessidade de conscientização da sociedade civil para que esta lute pela elaboração de políticas ou programas públicos de informação que possibilitem o acesso às informações.

Unger (2006, p. 28) aponta que os regimes de informação são constituídos por políticas originadas de órgãos privados ou governamentais e que as ofertas informacionais dos regimes de informação são advindas de meios de comunicação de massa, mídia eletrônica, organismos governamentais e não governamentais, entre outros.

Ferreira, Santos e Machado (2012, p. 4) frisam que um aspecto importante da política pública de informação é assegurar a inclusão digital, de maneira a não somente disponibilizar informações, mas também os meios tecnológicos e

educacionais, para contemplar habilidades de uso de tecnologia, formação de uma cultura informacional e aquisição de uma competência informacional.

2.2 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

O termo Competência em informação surge de um termo em inglês, *Information Literacy*, que não tem uma tradução para língua portuguesa. Além da competência em informação, algumas das expressões possíveis de *information literacy* são alfabetização informacional, letramento, literacia e fluência informacional. (DUDZIAK, 2003, p. 24). Sendo a expressão competência utilizada nesta pesquisa, devido a associação do termo com “saber agir, mobilizar recursos, integrar saberes múltiplos e complexos, saber aprender, saber engajar-se, assumir responsabilidades, ter visão estratégica” (FLEURY e FLEURY, 2001, p. 187).

De modo geral, a competência em informação:

refere-se à capacidade do aprendiz de mobilizar o próprio conhecimento que o ajuda a agir em determinada situação. Ao longo do processo de letramento informacional, os aprendizes desenvolvem competências para identificar a necessidade de informação, avaliá-la, buscá-la e usá-la eficaz e eficientemente, considerando os aspectos éticos, legais e econômicos. (GASQUE, 2013, não p.).

A partir da análise da evolução do conceito de competência em informação, Dudziak (2003, p. 30) destaca três concepções:

- a) concepção da informação - ênfase na tecnologia da informação: que prioriza a abordagem do ponto de vista dos sistemas, com o aprendizado de mecanismos de busca e uso de informações em ambientes eletrônicos;
- b) concepção cognitiva - ênfase nos processos cognitivos: que envolve o uso, interpretação e busca de significados, dentro da perspectiva da sociedade do conhecimento, no qual o foco está no indivíduo, em seus processos de compreensão da informação e uso em situações particulares;
- c) concepção da inteligência - ênfase no aprendizado: que relaciona a competência em informação com o aprendizado, considerando que esta deveria englobar a noção de valores ligados à dimensão social e situacional.

Dudziak (2003, p. 28-29) também afirma que os objetivos da competência em informação se voltam à formação de indivíduos que saibam determinar a

natureza e extensão de sua necessidade em informação como suporte a um processo inteligente de decisão; identificar potenciais fontes informacionais, em variados formatos e níveis de profundidade; avaliar criticamente a informação segundo critérios de relevância, objetividade, pertinência, lógica, ética, incorporando as informações selecionadas ao seu próprio sistema de valores e conhecimento; considerar as implicações de suas ações e dos conhecimentos gerados, observado aspectos éticos, políticos, sociais e econômicos extrapolando para a formação da inteligência e; aprender ao longo da vida.

De acordo com Santos (2011, p. 10), é necessário que o tema competência informacional esteja presente em qualquer contexto social, considerando que o conhecimento é fator primordial para o desenvolvimento pessoal e da nação, e a utilização adequada da informação como recurso pode propiciar o desenvolvimento de diversos setores, como o político, educacional e econômico, no qual as guerras, a fome e as desigualdades são consequência da utilização inadequada da informação. (SANTOS, 2011, p. 10). Ottonicar, Valentim e Feres (2016, p. 129-139) ressaltam que a competência em informação se articula em quatro contextos, sendo eles:

- a) contexto político, no qual a competência em informação é incentivada por meio das políticas públicas, programas e projetos governamentais, cujas iniciativas possibilitam modificar o conhecimento dos cidadãos, os tornando mais críticos e cientes dos seus direitos;
- b) contexto tecnológico, no que tange o uso dos recursos de tecnologia da informação e comunicação, enfatizando que a infraestrutura de acesso e distribuição é fundamental, porém sem anular a necessidade dos indivíduos em saber acessar, buscar, selecionar e usar as informações nestes meios;
- c) contexto educacional, em que a atenção volta-se em educar os usuários quanto ao uso de fontes, produtos e serviços informacionais, aumentando a capacidade de aprendizagem e de utilização de recursos tecnológicos;
- d) contexto organizacional, no qual a informação e conhecimento ganham destaque, para realização de atividades, tarefas e tomada de decisão.

Por sua vez, Vitorino e Piantola (2011, p. 6) apontam quatro dimensões da competência informacional. Elas são a dimensão técnica, dimensão estética, dimensão ética e dimensão política, que se referem, respectivamente, à aquisição

das habilidades e dos instrumentos para encontrar, avaliar e utilizar de modo apropriado as informações visando exercer uma atividade específica; à atribuição de valores e experiência do indivíduo para construção do conhecimento, para então criar novas interpretações da realidade; à prática do comportamento ético em relação à informação, no qual reflexões mais recentes sobre competência informacional nesta dimensão relacionam-se com a apropriação e uso da informação envolvendo questões atuais como propriedade intelectual, direitos autorais, acesso à informação e preservação da memória; e com o desenvolvimento das sociedades democráticas e crescimento dos produtos informacionais que levam o governo a incentivar programas voltados à competência informacional visando maior participação social.

A Carta de Marília (2014, não p.) dispõe, em suas constatações e diretrizes, que o exercício da democracia e dos direitos humanos reforçam oportunidades em termo de redução de iniquidades sociais e das desigualdades regionais no contexto brasileiro, porém, reforça que neste cenário são necessárias políticas públicas que favoreçam a sua ampliação e a consolidação de avanços, que no enfoque em competência em informação, está dirigido à dimensão humana e tecnológica para a construção de conhecimento na sociedade contemporânea.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

O início das discussões sobre o tema Políticas Públicas, conforme aponta Souza (2006, p.23), remonta desde a década de 30, podendo-se apontar quatro fundadores: Laswell (1936 apud SOUZA, 2006, p. 23) - que insere em seu estudo sobre política a expressão *policy analysis*, definindo políticas públicas como decisões e análises que implicam em responder *Who Gets What, When, How*, Simon (1957 apud SOUZA, 2006, p. 23) - que discute o conceito de racionalidade no processo de decisão dos *policy makers*; Lindblom (1959;1979 apud SOUZA, 2006, p. 24) - que incorporou variáveis à formulação e análise de políticas públicas, como relação de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório; e Easton (1965 apud SOUZA, 2006, p. 24) - que define políticas públicas como sistema, em uma relação entre formulação, resultados e o ambiente, que recebem em seu processo *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos.

Para facilitar a compreensão de como uma Política Pública é concebida e implementada, Caldas, et al. (2008, p. 10) divide o processo em cinco fases. Estas são:

- a) formação da agenda: processos de definição da lista de principais problemas que irão compor a agenda. Existem diversos elementos que contribuem para que um problema seja considerado na formação da agenda, como existência de indicadores e *feedback* dos resultados obtidos nos programas anteriores;
- b) formulação das políticas: define-se quais os programas serão desenvolvidos e as metas. Nesta fase são analisados itens como as opiniões dos grupos interessados e os riscos;
- c) processo de tomada de decisão: escolhem-se alternativas de ação/intervenção, essas escolhas são expressas em leis, decretos, normas, resoluções, entre outros. Também se considera nesta fase o procedimento de tomada de decisão, o qual pode ser aberto ou fechado, pode haver consulta ampla aos alvos da política pública, votação, etc;
- d) implementação: realiza-se a aplicação, o controle e o monitoramento das medidas definidas. Nesta fase existem dois modelos de implementação - de “cima para baixo”, ou seja, do governo para a população, ou de “baixo para cima”, da população para o governo;
- e) avaliação: avalia-se os impactos e funções cumpridas, esta fase permite a administração gerar informações úteis para as futuras políticas, prestar contas dos atos, prevenir falhas, identificar barreiras que impedem o sucesso de um programa, entre outros.

A efetividade das políticas públicas depende de atores-chave que estão inseridos em reivindicações e/ou execução das ações em seu processo. De forma a identificar os envolvidos neste processo, Caldas et al., (2008, p. 8) os dividem em dois tipos gerais: os estatais - oriundos do Governo ou do Estado, uma vez que as políticas são definidas pelo Poder Legislativo, o que envolve os Parlamentares como vereadores e deputados, e são propostas pelo Poder Executivo, no qual é responsabilidade dos servidores públicos oferecer as informações necessárias para a tomada de decisão e operacionalização das políticas públicas; e os privados - oriundos da sociedade civil, como a imprensa, centros de pesquisas, grupos de pressão, associações da sociedade civil organizada, entre outros.

No Brasil, o documento que orienta as políticas públicas é o Plano Plurianual (PPA). Este é o instrumento de planejamento governamental que reflete os principais problemas que irão compor a agenda governamental. No Plano Plurianual as prioridades estratégicas são definidas durante o período de mandato, tanto na esfera Federal, como Estadual e Municipal, nos quais são explicitados os programas que serão desenvolvidos. (DIAS E MATOS, 2012, p. 141).

2.3.1 O Plano Plurianual no Estado Brasileiro

Para compreender como a agenda governamental no Brasil é formada, assim como os principais eixos e diretrizes estratégicas que orientam a implementação de políticas públicas, esta seção apresenta o instrumento planejamento governamental intitulado Plano Plurianual.

A edição de 2012-2015 do PPA teve mudanças na estrutura e conceitos com o intuito de:

dotar o Plano da capacidade de interpretar a realidade na qual é implantado e as especificidades de cada política pública nele inserida e, assim, comunicar melhor os compromissos do governo, evitando a linguagem rigidamente técnica e facilitando a incorporação das agendas do governo e a apropriação do Plano pela Sociedade. (BRASIL, 2015, p. 9).

Este plano é fundamentado por temas de políticas públicas, elementos que são mantidos no PPA 2016-2019, com acréscimo de duas mudanças de questão metodológica, que são: reforçar o caráter estratégico do Plano, estruturando-o em uma Dimensão Estratégica, em que busca-se evidenciar o projeto estratégico de governo, que orienta a construção de programas temáticos de forma a estabelecer uma conexão lógica que permite visualizar como a estratégia geral do governo orienta as escolhas das políticas públicas materializadas em objetivos e metas exposto na Dimensão Programática; e qualificar o conteúdo dos Programas Temáticos, que ao expressar com maior clareza as escolhas estratégicas, por meio de seus objetivos e metas, destaca de forma mais precisa as entregas mais relevantes e estruturantes para implementação de políticas públicas.

No processo de elaboração de um Plano Plurianual, a participação social está presente tanto para a implementação das políticas públicas, como na fase de elaboração e planejamento. No PPA 2016-2019 a participação social ocorreu por meio de canais virtuais de diálogo que permanecerá ao longo da sua

implementação, nas dimensões de monitoramento e avaliação. Além da participação social, ocorreram discussões entre os órgãos governamentais e apoio da Secretaria Geral da Presidência da República. (BRASIL, 2015, p. 11). A FIGURA 1 ilustra os envolvidos no processo de elaboração do PPA 2016-2019.

FIGURA 1 - ETAPAS NA ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2016-2019 BRASILEIRO



FONTE: BRASIL (2015, p. 12)

Conforme aponta Dias e Matos (2012, p. 142), na elaboração de um PPA, os elementos resultantes de um programa são a atividades, ações e projetos. A FIGURA 2 demonstra a relação existente no Plano Plurianual entre a sociedade civil e o Estado Brasileiro, assim como seus elementos principais.

FIGURA 2 - CONDICIONANTES DO PLANO PLURIANUAL BRASILEIRO



FONTE: MÓISES (2008) apud DIAS E MATOS (2012, P. 142).

O Plano Plurianual 2016-2019 é constituído por três dimensões: a) dimensão estratégica: que precede o orienta a elaboração dos programas temáticos; b) dimensão tática: as definições estão anunciadas nas Diretrizes Estratégicas, e considera as variáveis inerentes à política pública e reforça a apropriação das principais agendas de governo e dos planos setoriais para os próximos quatro anos; c) dimensão operacional: relaciona-se com a otimização na aplicação dos recursos e qualidade dos produtos entregues. (BRASIL, 2015, p. 5).

Cabe ressaltar que os “Eixos Estratégicos, Diretrizes e Programas Temáticos expressam as políticas públicas prioritárias a serem implementadas no próximo quadriênio, reforçando a centralidade dos mecanismos de participação social” (BRASIL, 2015, p. 13). Os eixos estratégicos que compõem o PPA são:

- a) educação de qualidade como caminho para a cidadania e o desenvolvimento social e econômico: que associa educação com o desenvolvimento de potencialidades, de elementos cognitivos para compreensão dos processos econômicos, sociais e políticos, de forma a habilitar tomadas de decisões autônomas. Este eixo é norteado pelo Plano Nacional de Educação (PNE), promulgado pela Lei no 13.005/2014;
- b) inclusão social e redução de desigualdades, com melhor distribuição das oportunidades e do acesso a bens e serviços públicos de qualidade: que discorre sobre políticas sociais que tem a inclusão social como característica central, salientando que esta exige a expansão de um conjunto de políticas, programas de desenvolvimento social e iniciativas voltadas à geração de igualdade de oportunidades. Neste eixo são evidenciados os públicos específicos abarcados pelas políticas de desenvolvimento: mulheres, negros, crianças e adolescentes, juventude, pessoa idosa, pessoa com deficiência, população LGBT, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais; e população em situação de rua;
- c) ampliação da produtividade e da competitividade da economia, com fundamentos macroeconômicos sólidos, sustentabilidade e ênfase nos investimentos públicos e privados, especialmente em infraestrutura: que se volta ao avanço de empregos e salários para desenvolvimento com inclusão social, considerando os fundamentos macroeconômicos,

produtividade, ampliação e eficiência do capital físico por trabalhador e a melhoria do ambiente de negócios;

- d) fortalecimento das instituições públicas, com participação e controle social, transparência e qualidade na gestão: que ressalta a importância do Estado democrático de fortalecer sua capacidade operacional e se tornar mais qualificado para desempenhar funções de planejamento e gestão, exercer protagonismo na articulação, negociação e coordenação de políticas públicas e fortalecer canais de participação social e ações de comunicação.

Os eixos estratégicos se consolidam em diretrizes estratégicas, que norteiam as principais agendas para os próximos quatro anos. Por sua vez, as diretrizes estratégicas e as áreas temáticas orientam a concepção e a implementação da dimensão tática do Plano, representada por 54 programas temáticos separados em quatro áreas temáticas, a saber: social e segurança pública; infraestrutura; desenvolvimento produtivo e ambiental; e temas especiais. Após a construção coletiva do escopo dos programas, por meio de objetivos, feito com a apresentação e discussão de propostas por representantes dos órgãos envolvidos nos respectivos temas, as metas foram definidas, assim como indicadores foram selecionados. (BRASIL, 2015, p. 10).

Pela estrutura de elaboração de um PPA envolver a participação e demandas sociais, a competência em informação e o regime de informação são elementos importantes a serem considerados, pois, como aponta Santos (2011, p. 42), a administração pública possui o desafio de atender as novas exigências dos cidadãos competentes em informação, uma vez que este público exige do Estado transparência, agilidade e qualidade em suas atividades, os quais são viabilizados pelas políticas públicas.

Dias e Matos (2012, p. 161) apontam que a participação é uma parte essencial no desenvolvimento das sociedades humanas, visto que, historicamente, o ser humano conseguiu superar suas dificuldades com ações decididas em coletividade. Os autores também ressaltam que o público das políticas públicas, em uma relação de destinatários diretos das ações governamentais, pode colaborar informando as necessidades, prioridades e capacidades das comunidades.

Neste cenário é necessário considerar a competência em informação, que além de uma noção simples de aquisição de um conjunto de habilidades, é um requisito para a participação social ética e eficaz dos indivíduos, em um contexto social baseado no uso intensivo de informação e conhecimento. (MELO e ARAÚJO, 2007, p. 188).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa tem caráter exploratório que “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41) e qualitativo “[...], parte da construção social das realidades em estudo, está interessada na perspectiva dos participantes, em suas práticas no dia a dia e em seu conhecimento cotidiano”. (FLICK, 2009, p. 16).

Para atingir aos objetivos propostos a investigação é composta de três etapas principais: a investigação preliminar, que tem como intuito a aproximação com o tema da pesquisa; a pesquisa documental, que consiste em uma pesquisa realizada a partir de documentos considerados cientificamente autênticos (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 69); e a análise de conteúdo, que pode ser definido como um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam aos discursos, como conteúdos e continentes, extremamente diversificados. (BARDIN, 1977, p. 9).

3.1 INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR

A investigação preliminar foi realizada via pesquisa aberta pelo motor de busca do *Google*, utilizando a palavra chave “competência em informação”.

Nesta pesquisa foram identificados documentos, tal como declarações, que são elaborados durante oficinas ou seminários realizados em eventos ocorridos e diversos países. Mata (2014, p. 67) aponta que as declarações são documentos que representam um dos marcos significativos da Competência em informação. Almeida (2015) também cita alguns documentos, elaborados com a colaboração da Unesco em conjunto com diversas entidades e países, sobre competência em informação, tal como a Declaração de Lima e Declaração de Moscou (2012). Em outro documento recuperado, Manhique (2014, p.23) ainda afirma que a Unesco vem

promovendo o conceito de sociedade do conhecimento, no qual a competência em informação desempenha um papel fundamental para a construção de sociedades inclusivas, pluralistas e participativas.

Além das declarações, Almeida (2015) aponta outros documentos que buscam promover a competência em informação, intitulados como carta e manifesto.

Desta forma, na próxima sessão é realizada uma pesquisa sistemática, visando recuperar documentos que buscam promover a competência em informação, tal como identificado nesta fase da pesquisa.

3.2 PESQUISA DOCUMENTAL

Na segunda etapa da investigação, iniciou-se a pesquisa documental que, segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 69), é realizada a partir de documentos considerados academicamente autênticos, tipificados em dois grupos: o de primeira mão, que são aqueles que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como documentos oficiais, cartas, reportagens de jornais; e o de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, como exemplo relatório de pesquisa.

Buscando refinar a pesquisa, consultou-se o Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação, nos quais os termos que representam o conceito de competência em informação foram levantados, viabilizando a pesquisa em inglês, espanhol e português, conforme mostra o QUADRO 1.

QUADRO 1 - TERMOS QUE REPRESENTAM O CONCEITO DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

Idioma	Lista de Termos
Português	Competência em Informação
	Alfabetização em informação
	Competência informacional
	Fluência informacional
	Letramento informacional
Inglês	Information Literacy
	Information Skill
Espanhol	Alfabetización informativa

FONTE: Dados coletados pela autora do Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação (2014)

Nesta etapa de busca, os termos listados no QUADRO 1 foram combinados com termos em inglês, português e espanhol, respectivamente: manifest,

declaration, letter, manifesto, declaração, carta, declaración e manifestación, que são os documentos, tipificados de primeira mão, que são recuperados nessa investigação.

Em um primeiro momento foi realizada uma pesquisa na plataforma da Unesco¹, devido à participação direta desta organização na elaboração de alguns documentos sobre Competência em Informação. Porém, como essa plataforma utiliza a ferramenta *Google Custom Search* (que retorna os documentos presentes do Google aberto) e oferece resultado somente em inglês, que consta na base, optou-se por realizar uma pesquisa sistemática diretamente em motores de busca, para abranger todos os termos selecionados.

Bases acadêmicas, tais como *Scopus* e *Web of Science*, também não foram utilizadas nesta investigação, por não comportarem em seu repositório documentos com as características definidas nesta pesquisa documental, ou seja, declarações, cartas e manifestos.

Os motores de busca são programas que permitem a seleção de conteúdos em *web sites* de acordo com um critério específico, que podem ser palavra(s) ou frase(s) e respondem com uma lista de referências que combinam com tais critérios. (RICOTTA, 2007, p. 10). Quando um usuário realiza buscas na *web*, o sistema procura no índice e provê uma lista das páginas que melhor atende o critério, seguindo um algoritmo de classificação. (RICOTTA, 2007, p. 62).

Os motores de busca escolhidos para a pesquisa foram: *Google*, *Yahoo* e *BING* que, conforme pesquisa realizada em 2013, pela Hitwise - serviço da Serasa Experian para marketing digital², estão entre os principais buscadores utilizados no Brasil.

Pelas características dos motores de busca, o retorno da pesquisa normalmente consiste em um elevado número de ocorrências, sendo inviável consultar todo o retorno da pesquisa. O estudo de Caldeira (2015, p. 103) aponta que os motores de buscas desenvolvem seus sistemas operacionais tendo em vista alcançar a relevância de resultados, e que em uma pesquisa os usuários privilegiam a primeira página de resultados do buscador (52%) enquanto apenas 10% clicam em algum resultado além da terceira página. (GABRIEL, 2012 apud CALDEIRA, 2015, p. 97). Para uma busca sistematizada nos motores *GOOGLE*, *Yahoo* e *BING*, foi delimitado como abrangência os dez retornos das dez primeiras páginas de

¹ <http://www.unesco.org/>

² noticias.serasaexperian.com.br

resultados, ou seja, consultaram-se 100 (cem) páginas individuais em cada estratégia de busca, que é um número consideravelmente maior comparado às pesquisas por usuários comuns.

Nas três bases de dados foi utilizada a operação booleana *AND* entre os termos elencados e aspas nos termos compostos, por exemplo: "*Information Literacy*" *AND* *Declaration*. No QUADRO 2 constam os resultados das buscas nos três motores selecionados.

QUADRO 2 – RESULTADOS DA PESQUISA DOCUMENTAL EM COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NOS MOTORES DE BUSCA

n ^o do documento	Documentos recuperados	Expressões de buscas
1	Paris Declaration on MIL in the Digital Era	Declaration/Letter/Manifest AND "information Literacy"
2	Moscow Declaration on Media and Information Literacy	
3	The Khanty-Mansiysk Declaration: Media and Information Literacy for Building a Culture of Open Government	
4	The Prague Declaration: "Towards an Information Literate Society"	
5	Declaration of Lima: Unesco "Training the Trainers in Information Literacy" (TTT) Workshop	
6	Doha Declaration on Supporting Media and Information Literacy Education in the Middle-East	
7	Bibliotecas por el aprendizaje permanente: Declaración de Toledo sobre la alfabetización informacional (Alfin)	Declaración/Carta/Manifestación AND "Alfabetización informativa"/"Alfabetización informacional".
8	Declaração de Maceió sobre Competência em Informação: cenários e tendências	Declaração/Carta/Manifesto AND "Competência em Informação"
9	Manifesto de Florianópolis sobre a Competência em Informação e as Populações Vulneráveis e Minorias	Declaração/Carta/Manifesto AND "Competência informacional"
10	Declaração de Havana: 15 ações de Competência em Informação/ALFIN	Declaração/Carta/Manifesto AND "Alfabetização em informação"
11	Carta de Marília sobre Competência em Informação	Declaração/Carta/Manifesto AND "Fluência informacional"
12	Declaração de Alexandria sobre Competência Informacional e Aprendizado ao longo da vida	Declaração AND "Letramento informacional"
13	IFLA Media and Information Literacy Recommendations	Acréscimo: Recommendations/Recomendació/ Recomendação (+termos que representam o conceito de competência em informação)
14	Riga Recommendations on Media and Information Literacy in a Shifting Media and Information Landscape	

FONTE: Dados coletados nos motores de buscas Google, BING e Yahoo nas dez primeiras páginas de resultado (outubro de 2016).

NOTA: acréscimo: documentos relevantes que foram adicionados no decorrer da busca inicial.

Não foram utilizados filtros nos motores de busca, ou seja, dos 100 (cem) retornos por estratégia de busca, somente os documentos que têm as características de carta, manifesto e declarações sobre competência em informação foram selecionados, sendo omitidos os retornos que não condiziam com este critério e os documentos duplicados. A estes resultados acrescentaram-se documentos relevantes cujas características estão voltadas diretamente à promoção da competência em informação e foram elaborados com apoio da Unesco.

Em acréscimo estão os documentos relevantes que também possuem como característica promover a competência em informação e foram elaborados com apoio da Unesco. Estes documentos foram identificados durante a pesquisa documental utilizando os termos definidos *apriori* e estavam nomeados como “recomendação”. Desta forma, além de carta, manifesto e declaração, o termo “recomendação” também foi acrescentado, em inglês, português e espanhol, e foi combinado com as expressões de buscas que refletem o conceito de competência em informação.

Ao todo, portanto, catorze documentos compõem o *corpus* deste estudo, tanto de abrangência nacional como internacional, e que, em seu conteúdo, demonstram a intenção de promoção da competência em informação.

3.3 DADOS DOS DOCUMENTOS EM COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E O PLANO PLURIANUAL: ANÁLISE DE CONTEÚDO

Para a análise de conteúdo, a investigação foi composta conforme as fases estabelecidas por Bardin (1977, p. 95), que são: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

Segundo Bardin (1977, p. 95), a fase de pré-análise consiste em tornar operacional e sistematizar as ideias iniciais de forma a conduzir a um esquema das operações sucessivas. Nesta fase é realizada a leitura flutuante nos documentos recuperados pela pesquisa documental. Bardin (1977, p. 95) aponta que a leitura flutuante consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar e conhecer o texto, deixando-se invadir por impressões e orientações, permitindo a escolha de documentos relevantes quanto aos objetivos da pesquisa. Para comportar o *corpus* analisado, foi utilizada a regra de pertinência, no qual os documentos retidos devem

ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo que sucinta a análise. (BARDIN, 1977, p. 98).

A fase de exploração do material consiste essencialmente em operações de codificação, desconto ou enumeração. (BARDIN, 1977, p. 101). Nesta investigação é realizada a codificação, que corresponde a uma transformação dos dados brutos dos textos (BARDIN, 1977, p. 103). A organização da codificação, conforme (BARDIN, 1977, p. 104) compreende três escolhas: o recorte – escolha das unidades; a enumeração – escolha das regras de contagem a classificação; a agregação – escolha das categorias.

Bardin (1977, p. 104-105) separa as unidades em unidade de registro e de contexto, a primeira refere-se à unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando à categorização e a contagem frequencial. Como exemplo de unidade de registro, podem ser citados: palavra, tema, o objeto ou referente, entre outros; a segunda – unidade de contexto – serve de compreensão para codificar a unidade de registro. Como exemplo: frase para cada palavra e o parágrafo para o tema. Bardin (1977, p. 107) aponta que é necessário fazer referencia ao contexto próximo ou longínquo da unidade a registrar, como exemplo, no caso da análise de mensagens políticas, palavras como liberdade, ordem, progresso têm necessidade de contexto para serem compreendidas em seu verdadeiro sentido. Desta forma, são utilizados segmentos dos textos como unidades de contexto para a compreensão das palavras que foram identificadas.

Quanto à enumeração, Bardin (1977, p. 108) apresenta regras que podem ser utilizadas, tal como a presença (ou ausência), a frequência, a frequência ponderada, a intensidade e a ordem. Nesta pesquisa utilizou-se a regra de frequência, em que a importância de uma unidade de registro aumenta com a frequência de aparição.

Desta forma, para a identificação das unidades de registro e contexto, os documentos que sustentam esta investigação foram separados de acordo com o idioma (inglês, português e espanhol) e processados na ferramenta *tagcrowd*³. Esta ferramenta permite estabelecer alguns critérios para processar os textos e exibir as palavras em destaque, tais como linguagem do texto, número máximo de palavras a serem mostradas e a frequência mínima.

³ <http://tagcrowd.com/>

Desta forma, para refinamento dos resultados foram retiradas algumas palavras, tais como o tema principal “competência” e “informação” e artigos definidos, indefinidos e preposições, assim como foram estabelecidos os critérios de vinte palavras em destaque a serem exibidas, que aparecem com a frequência mínima de cinco vezes. No idioma espanhol foram obtidos apenas seis resultados pela limitação de documentos recuperados neste idioma. O conjunto de dados desta fase consta na TABELA 1.

TABELA 1 – UNIDADES DE REGISTRO E FREQUÊNCIA DAS PALAVRAS EXISTENTES NOS DOCUMENTOS VOLTADOS À COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

UR	Freq.	UR	Freq.	UR	Freq.
Inglês		Português		Espanhol	
<i>Education</i>	51	Formação	38	<i>Profesionales</i>	7
<i>Development</i>	43	Desenvolvimento	35	<i>Formación</i>	6
<i>Society</i>	32	Ações	27	<i>Aprendizaje</i>	6
<i>Government</i>	37	Diferentes	23	<i>Instituciones</i>	6
<i>Community</i>	30	Instituições	21	<i>Promoción</i>	5
<i>International</i>	29	Alfin	18	<i>Actividades</i>	5
<i>Promote</i>	28	Contexto	16	-	-
<i>National</i>	27	Sociedade	16	-	-
<i>Open</i>	25	Profissionais	15	-	-
<i>Institutions</i>	23	Programas	15	-	-
<i>Organizations</i>	22	Vida	15	-	-
<i>Professional</i>	22	Aprendizado	14	-	-
<i>Learning</i>	22	Organizações	13	-	-
<i>Resources</i>	21	Educação	12	-	-
<i>Region</i>	19	Longo	12	-	-
<i>Unesco</i>	19	Políticas	11	-	-
<i>Knowledge</i>	19	Acesso	11	-	-
<i>Culture</i>	17	Conhecimento	11	-	-
<i>Participants</i>	17	Bibliotecas	11	-	-
<i>Including</i>	16	Criar	10	-	-

FONTE: Dados elaborados pela autora dos documentos que compõem o *corpus* da pesquisa.

NOTA: Os dados que compõe a tabela são Unidades de Registro (UR) e frequência.

A classificação utilizada na pesquisa é a de categorização, que consiste em rúbricas e classes que reúnem um grupo de elementos, como as unidades de registro. (BARDIN, 1977, p. 117).

As categorias foram elencadas a partir das unidades de registro, formando três temas focais para interpretação dos documentos, que são: política, educação, e atores/instituições. As unidades de contextos foram formadas pelos recortes

retirados dos textos a partir das unidades de registro. Foram omitidas as palavras: *Including, development, region*, desenvolvimento, ações, diferentes, contexto, criar, Alfin, atividades e Unesco, por não ser identificado elemento de unidade de registro e classificação relevante no qual essas palavras pertencem. As unidades de registro e as categorias estão no QUADRO 3 e o detalhamento desta análise encontra-se na sessão de apresentação dos resultados.

QUADRO 3 – UNIDADES DE REGISTROS E CATEGORIA DOS DOCUMENTOS VOLTADOS À COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

Unidades de registro	Categoria
promote; promoción; national; open; conhecimento; knowledge; culture; programas; políticas, recursos.	Política
community; international; society; sociedade; government; institutions; instituições; instituciones; organizations; organizações; professional; profissionais; profesionales; participants; bibliotecas.	Atores/ instituições
learning; vida; longo; aprendizaje; formação; formación.	Educação

FONTE: Dados elaborados pela autora a partir das unidades de registro e frequência.

As unidades de contextos foram formadas pelos recortes retirados dos textos a partir das unidades de registro.

Na última fase do método da análise de conteúdo se realiza o tratamento dos resultados obtidos e interpretação, que consiste em tratar os resultados brutos a serem significativos e válidos, viabilizando a propostas de inferências e adiantamento de interpretações a propósito dos objetivos previstos. (BARDIN, 1977, p. 101).

Na etapa final desta investigação foram realizadas as aproximações entre os aspectos de incentivo da competência em informação e o documento oficial brasileiro – Plano Plurianual 2016-2019, sendo orientado pelas três categorias levantadas nas etapas anteriores. A relação foi realizada considerando os eixos e

diretrizes estratégicas e as quatro áreas temáticas que orientam a concepção e a implementação dos programas temáticos.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A interpretação dos dados é apresentada em duas partes: a primeira parte refere-se ao conteúdo dos documentos recuperados do escopo de competência em informação e a segunda parte refere-se à relação entre a primeira parte e os eixos de influências, diretrizes e programas temáticos do documento oficial brasileiro – Plano Plurianual 2016 – 2019.

4.1 INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS SOBRE O TEMA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

O tema competência em informação está intimamente relacionado a questões que permeiam a política e educação, como também os atores/instituições que desempenham papéis imperativos para seu incentivo.

Na categoria política (QUADRO 4) os documentos analisados salientam a importância:

- a) da promoção da competência e informação e os meios que possibilitam seu desenvolvimento, uma vez que se destaca a promoção da participação civil, da liberdade de expressão, de informação, do direito a privacidade como também a promoção da cooperação entre os interessados (governo, organização, bibliotecas, etc);
- b) da inserção da competência nos acordos entre a legislação nacional e internacional e a necessidade de identificar o desenvolvimento de competência info-midiática (MIL) nas prioridades nacionais em educação, cultura, informação e mídia;
- c) da necessidade de acesso aberto aos recursos de competência em informação, a necessidade de cultura em comunicação de forma aberta e inclusiva, assim como a cultura de construção do chamado governo aberto, o qual incorpora o conceito de democracia e eficiência na governança;
- d) da construção e compartilhamento do conhecimento, que são dois dos propósitos da competência em informação que permitem a inclusão social e

são elementos importantes para o desenvolvimento humano e social no contexto nacional.

- e) de um conjunto de políticas, programas e os recursos necessários voltados a competência em informação e das ferramentas que permitem que a mesma se concretize.

QUADRO 4 – CATEGORIA DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS VOLTADOS A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: POLÍTICA

Unidades de context	Unidades de registro	Categoria
<p><i>"promote civic participation"</i></p> <p><i>"promote cooperation between stakeholders (government, educational, media and youth organizations, libraries, archives, museums, and NGOs, among other)"</i></p> <p><i>"promote Media and Information Literacy"</i></p> <p><i>"Promote and protect the rights to freedom of expression, freedom of information, right to privacy and confidentiality, ethical principles and other rights"</i></p> <p><i>"promoción de la alfabetización informacional"</i></p> <p><i>"promoción y difusión de la agenda de actuaciones"</i></p>	promote; promoción	Política
<p><i>"national and international policies"</i></p> <p><i>"national legislation"</i></p> <p><i>"identify the development of MIL policy standards, assessment systems, and tools among national priorities in education, culture, information, and media"</i></p>	National	
<p><i>"open government"</i></p> <p><i>"open, plural, inclusive and participatory knowledge"</i></p> <p><i>open access to MIL-related resources</i></p>	open	
<p><i>"construção do conhecimento"</i></p> <p><i>"gestão do conhecimento"</i></p> <p><i>"share knowledge"</i></p> <p><i>"knowledge societies"</i></p>	conhecimento; knowledge	
<p><i>"culture of communications"</i></p> <p><i>"building a culture of Open Government"</i></p>	Culture	
<p><i>"programas educacionais e de treinamento"</i></p> <p><i>"programas de capacitação continuada"</i></p> <p><i>"programas de Competência em Informação"</i></p>	Programas	
<p><i>"políticas públicas voltadas à Competência em Informação"</i></p> <p><i>"políticas institucionais"</i></p> <p><i>"políticas de acesso e uso da informação"</i></p>	Políticas	
<p><i>"recursos econômicos, tecnológicos, logísticos e documentais"</i></p> <p><i>"recursos documentais, de conteúdos e metodológicos"</i></p>	Recurso	

FONTE: Dados elaborados pela autora com dados dos documentos relativos à competência em informação.

Na categoria de educação (Quadro 5) é destacada a importância do aprendizado ao longo da vida, no qual a competência em informação está diretamente relacionada; a necessidade de formação em competência em informação, tanto no ambiente de educação formal como contínua, por exemplo, em cursos de profissionalização e de formação cidadã na educação não formal; e avançar quanto aos meios de formação, como os cursos, tutoriais, oficinas, recursos *web* que trabalhem o processo de informação, como identificar, localizar, avaliar, organizar e criar, e/ou utilizar e comunicar, que implicam na competência em informação.

QUADRO 5 – CATEGORIA DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS VOLTADOS A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: EDUCAÇÃO

Unidades de context	Unidades de registro	Categoria
"Aprendizado ao longo da vida" " <i>work place learning</i> " "aprendizagem, em seus vários níveis, exige o desenvolvimento da competência em informação" " <i>aprendizaje permanente</i> "	<i>learning</i> ; vida; longo; aprendizagem;	Educação
"meios de formação (cursos, tutoriais, oficinas, recursos <i>Web</i> etc.)" "formação em Competência em Informação"	formação; formación	

FONTE: Dados elaborados pela autora com dados dos documentos relativos à competência em informação.

Pode-se verificar a relevância dos atores e instituições no contexto da competência em informação (QUADRO 6), que abrange tanto a sociedade civil, entidades governamentais, comunidade internacional, profissionais de informação e professores e educadores, como instituições educacionais, biblioteca, organizações sociais, governamentais e empresariais no sentido de empregar esforços para o desenvolvimento da competência em informação. Estes atores representam papéis de responsabilidade, por exemplo, no caso dos profissionais, os mesmos podem contribuir com: a sensibilização e conscientização da importância da competência em informação, com a avaliação da qualidade da informação e disseminação em qualquer contexto, com a educação/capacitação dos usuários para o acesso, avaliação e uso da informação; e as instituições públicas contribuem, por exemplo, com a elaboração e cumprimento de políticas públicas, criação de legislação que envolve questões de informação.

QUADRO 6 – CATEGORIA DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS VOLTADOS A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: ATORES/INSTITUIÇÕES

Unidades de context	Unidades de registro	Categoria
<i>"international community"</i> <i>"community activist groups"</i> <i>"MIL (Media and Information Literacy) community"</i>	Community International	Atores/ instituições
<i>"civil society institutions"</i> <i>"sociedade civil"</i> <i>"sociedade brasileira"</i>	society; sociedade	
<i>"government policymakers and administrators"</i> <i>"government executives"</i>	Government	
<i>"educational institutions"</i> <i>"civic institutions"</i> <i>"memory institutions"</i> <i>"las instituciones responsables de la provisión de formación en las competencias básicas"</i> <i>"instituições públicas"</i>	institutions instituições instituciones	
<i>"governments and intergovernmental organizations"</i> <i>"representatives of organizations"</i> organizações sociais, governamentais, e empresariais	organizations organizações	
<i>"librarians and media professionals"</i> <i>"information professional"</i> <i>"professores e educadores, docentes e pesquisadores, bibliotecários e outros profissionais da informação"</i>	professional profissionais profesionales	
<i>"participants from 40 countries"</i> <i>"increase the involvement of young people as co-producers/participants and stakeholders"</i>	Participants	
<i>"biblioteca escolar"</i>	Bibliotecas	

FONTE: Dados elaborados pela autora com dados dos documentos relativos à competência em informação.

Desta forma, esta sessão apresenta os conteúdos que refletem os tópicos mais mencionados nos documentos recuperados em competência da informação.

4.2 O PLANO PLURIANUAL BRASILEIRO E A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

Dos cinquenta e quatro programas temáticos do documento brasileiro intitulado Plano Plurianual 2016 - 2019 seis são convergentes com as ações destacadas na sessão anterior, porém não é há menção explícita à competência em informação.

No programa temático "Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento", a cultura é associada com o exercício de cidadania e como aspecto que contribui para

democratizar o acesso ao poder, ao conhecimento, à riqueza e em questões relativas à própria democracia, conforme mencionado abaixo:

- (a) O acesso à cultura é formador, gera conhecimento e poder de crítica, fomenta o espírito criativo e incentiva novas formas de expressão, tornando o cidadão um agente ativo de transformação de sua realidade. A política pública de cultura deve estar voltada para esses interesses.
- (b) A reaproximação entre cultura e educação é estratégica para expandir a circulação e produção da diversa cultura brasileira, bem como para contribuir sensivelmente para a formação cultural dos brasileiros e dar passos significativos para democratizar o acesso ao poder, ao conhecimento, à riqueza e à própria democracia, colocando o povo brasileiro em outro patamar de seu processo histórico.

No programa temático “Justiça, Cidadania e Segurança Pública”, a informação aparece como um direito fundamental, o que corrobora com a necessidade de assegurar os direitos dos cidadãos:

- (c) A garantia e proteção dos direitos fundamentais, sobre os quais recai a política de segurança pública como promotora do direito à segurança e à vida, abarcam também os direitos de acesso à justiça e à informação [...]

Os três programas mencionados fazem parte da área temática “social e segurança pública”, que possui ao todo vinte programas temáticos e é a área com maior investimento, ou seja, aproximadamente 55% do valor global dos cinquenta e quatro programas temáticos (BRASIL, p. 47).

No programa temático “Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia”, que está incluído na área temática “infraestrutura”, são mencionados o direito a comunicação e serviços e conteúdos de telecomunicações:

- (d) Promoção do direito à comunicação e à inclusão digital, ampliando o acesso à Internet banda larga e expandindo a oferta de serviços e conteúdos de telecomunicações.
- (e) Em relação à ampliação dos serviços de radiodifusão pública, além da questão tecnológica, o Brasil precisa enfrentar o desafio de aumentar o alcance e a pluralidade desses serviços, e, dessa forma, contribuir com o acesso à informação.

No programa temático “Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública” é estabelecido relação com os aspectos democráticos do Estado, no sentido de

reduzir desigualdades, fortalecer direitos sociais e ampliar acesso da população a serviços públicos. Em destaque:

- (f) A participação democrática dos cidadãos nas decisões e no acompanhamento das políticas públicas definem os destinos da sociedade e os resultados da ação do poder público, que deve estimular o cidadão, individual e coletivamente, a exercer ativamente o papel de sujeito de seus direitos e de seus bens comuns.
- (g) Fortalecimento da capacidade de gestão do Estado, com foco no aumento da qualidade dos serviços prestados ao cidadão, na qualidade do gasto, na transparência, na comunicação e participação social, bem como da prevenção e do combate à corrupção.
- (h) A estratégia do PPA 2016-2019 reforça o compromisso da administração pública de continuar avançando na simplificação e transparência da relação com a sociedade, tomando os serviços cada vez mais acessíveis, em especial àqueles mais necessitados, aperfeiçoando procedimentos burocráticos e aprimorando a qualidade do serviço público.
- (i) Os objetivos que reforçam a estratégia de diálogo e participação social são fundamentais para o fortalecimento da democracia, e abrange transparência, controle social, acesso à informação e fortalecimento de espaços institucionais de interlocução com os cidadãos e movimentos e organizações da sociedade civil.
- (j) Fortalecer a comunicação social do Poder Executivo Federal com a sociedade, promovendo o conhecimento das políticas, programas e ações governamentais de forma democrática, abrangente, transparente e interativa.

No programa temático “Ciência, Tecnologia e Inovação”, é mencionado a intenção de investimento em formação dos recursos humanos, o que constitui demanda prioritárias ao estado:

- (k) O investimento contínuo em C,T&I, aliado à formação, capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos constituem demandas prioritárias às quais o Estado deve buscar atender.

No programa temático “Educação de Qualidade para Todos” é estabelecido ligação entre a educação e ampliação da autonomia dos indivíduos e da sua capacidade de exercício da cidadania e de usufruto próprio:

- (l) Ampliar o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.

- (m) Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação.

A relação dos programas temáticos e sua área temática, diretriz e eixos estratégicos constam no Apêndice.

No QUADRO 7 são estabelecidas as aproximações entre os extratos de cada programa temático retirados do plano plurianual com as categorias levantadas dos documentos voltados à competência em informação.

QUADRO 7 – PROGRAMAS TEMÁTICOS DO PLANO PLURIANUAL E CATEGORIAS DE ANÁLISE

N ^o	Programas temáticos	Política	Educação	Atores/Instituições
1	Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento	(a)	(b)	
2	Justiça, Cidadania e Segurança Pública	(c)		
3	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	(d) (e)		
4	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	(f) (g) (h) (l) (j)		(f) (g) (h) (i) (j)
5	Ciência, Tecnologia e Inovação		(k)	
6	Educação de Qualidade para Todos		(l) (m)	

FONTE: Dados elaborados pela autora com base nos dados da pesquisa.

NOTA: Itens entre parênteses referem-se aos extratos do plano plurianual 2016-2019 indicados no corpo do texto.

Destacam-se elementos que se referem à categoria política, devido às menções quanto à cultura, conhecimento e promoção da participação civil e, indiretamente, ao direito de informação, que são alguns dos enfoques para o desenvolvimento da competência em informação, conforme pode ser percebido nos extratos destacados dos programas 1, 2, 3 e 4.

O programa temático 3 insere-se no contexto dos recursos necessários para que a competência em informação possa emergir, uma vez que se inclui o direito à comunicação e a inclusão digital, assim como a intenção de contribuir com meios para o acesso à informação.

Quanto ao programa temático 4 é possível estabelecer a relação com o governo aberto, construção do conhecimento e cultura de comunicação, assim como

a cooperação entre os interessados, com destaque ao Poder Público e sociedade civil.

Os programas 1, 5 e 6 estão associados à categoria educação, por constar em seus enfoques a aprendizagem ao longo da vida e a formação, assim como a intenção de aproximação da cultura e educação no sentido de contribuir para a formação cultural e avançar na democratização do acesso ao poder, ao conhecimento, à riqueza e à democracia.

A categoria “atores/instituições” está destacada no programa 4, por incluir diretamente os cidadãos, a sociedade civil, as instituições, visando tornar viável a construção de um estado democrático e aperfeiçoar a gestão pública.

A partir desta trajetória de análise, pode-se inferir que apesar dos diversos documentos em competência informação estudados salientarem a importância de incluir a competência em informação em nível nacional, não há menção explícita da mesma e dos meios que possibilitam seu desenvolvimento.

Desta forma, pode-se verificar que existem muitas possibilidades de exploração do tema competência em informação, que podem ser incluídos como prioridade na agenda governamental, devido a sua importância para o desenvolvimento social e humano, em termos de permitir a inclusão e participação social e exercício efetivo da cidadania.

As possibilidades de inclusão e incentivo da competência em informação em iniciativas públicas são explicitadas pelos próprios documentos analisados. Por exemplo, promover a competência em informação e os meios que possibilitam sua concretização; desenvolver a competência em informação nas prioridades nacionais em educação, cultura, informação e mídia; estabelecer um conjunto de políticas, programas e recursos necessários voltados para a competência em informação; ofertar meios de formação, como os cursos, tutoriais, oficinas, recursos *web* que trabalhem o processo de informação, como identificar, localizar, avaliar, organizar e criar, e/ou utilizar e comunicar; e estimular a cooperação entre diversas entidades, como instituições educacionais, bibliotecas, organizações sociais, governamentais e empresariais no sentido de empregar esforços para o desenvolvimento da competência em informação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos estudados sobre competência em informação defendem que esta é considerada imprescindível para o desenvolvimento social e humano. A competência em informação colabora para melhorar a qualidade das organizações e instituições, de forma a garantir o acesso, compreensão, utilização da informação como pilar inicial para a construção do conhecimento e exercício da cidadania em uma sociedade fundamentalmente democrática e construída sob os insumos de informação e conhecimento.

A participação de representantes do Brasil nos documentos internacionais, como a Declaração de Moscou (2012) e a Declaração Khanty-Mansiysk (2016), demonstram a intenção de desenvolver a competência em informação no contexto brasileiro. Neste âmbito, buscou-se expressar como a competência em informação poderia estar incluída nas prioridades da agenda governamental.

As principais dificuldades encontradas no trajeto desta pesquisa consistiram na compreensão da estrutura governamental brasileira e, por consequência, encontrar documentos oficiais que refletem as iniciativas públicas. Optou-se, por processo metodológico, utilizar como material de pesquisa o documento intitulado Plano Plurianual, de ordem nacional, previstas para os próximos quatro anos (2016 – 2019).

O Plano Plurianual define e norteia as principais agendas para seu tempo de execução. Neste documento foram analisados os cinquenta e quatro programas temáticos, que expressam as escolhas estratégicas, por meio dos seus objetivos e metas.

Nesta investigação, os objetivos geral e específicos foram alcançados, uma vez que: identificaram-se as diretrizes, recomendações e ações para inclusão e incentivo da competência em informação; apresentou-se o documento norteador de políticas públicas e seus eixos de influência, ou seja, o plano plurianual; e relacionaram-se os aspectos de incentivo da competência em informação com o documento oficial brasileiro.

De modo geral, foi possível identificar as aproximações da competência em informação com o Plano Plurianual de forma macro, pois os programas temáticos presente no plano plurianual fazem parte da dimensão tática e estratégica do Estado e norteiam as atividades, ações e projetos.

Foram identificados seis programas temáticos, dos cinquenta e quatro existentes, que convergem com os aspectos destacados nos documentos recuperados sobre competência em informação, porém não há o destaque explícito sobre o tema.

Neste sentido, existentes possibilidades de inclusão e incentivo da competência em informação que podem ser integrados às diretrizes nacionais que retratam as prioridades do governo e que podem orientar a concepção e implementação de políticas públicas brasileiras.

Como recomendação para trabalhos futuros, pode-se investigar a competência em informações na dimensão operacional, ou seja, nas próprias atividades, ações e projetos governamentais, de forma a avaliar suas práticas. Espera-se que este estudo possa contribuir para a reflexão da sociedade contemporânea, que é marcada pela informação e conhecimento, e há a necessidade dos indivíduos em adquirir a competência em informação de forma a participar ativamente nos assuntos que lhes são inerentes tanto no domínio social, como profissional e pessoal.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. C. A. A Democracia Digital e a Sociedade da Informação Sob Enfoque Gramsciano. Encontro de Administração da informação – EnADI/ANPAD, 2009, Recife. **Anais...** Recife, 2009.

ALMEIDA, C. C. Uma leitura dos fundamentos histórico-sociais da Ciência da Informação. **Revista Eletrônica de Informação & Cognição**, v.6, n.1, p.68-89, 2007. Disponível em: <<http://www.edicic.org/revista>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

ALMEIDA, R. O. Competência em Informação: práticas parceiras com docentes. In: II ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO, 2015, Marília. **Anais...** Marília, 2015.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Report of the Presidential Committee on information literacy: Final Report**. [S. l.], 1989. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

ARAÚJO, C. A. Á. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p.192-204, set./dez., 2009

BARCELLOS, A. P. Neoconstitucionalismo, Direitos Fundamentais e Controle das Políticas Públicas. **Revista de Direito Administrativo**. Abr/Jun.2005 n° 240. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

DECLARACIÓN de Toledo sobre la alfabetización informacional (Alfin). In: Seminario de Trabajo “Biblioteca, aprendizaje y ciudadanía: la alfabetización informacional”. Toledo, 2006. Disponível em: <<http://www.peri.net.ni/>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRAMAN, S. The emergente global informarion policy regime. In Sandra Braman (Ed.), p. 12-47. Houndsmills, UK: **Palgrave Macmillan**, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 28 fev. 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Plano Plurianual 2016-2019**. Mensagem ao Congresso Nacional. MPOG. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

BRASIL. **Orientações para elaboração do Plano Plurianual 2016-2019**. MPOG. 2015. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

CALDAS, R. W. et al. **Políticas públicas**: conceitos e práticas. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://www.agenda21comperj.com.br>>. Acesso em: 6 mar. 2016.

CALDEIRA, Fátima Hassan. O mecanismo de busca do Google e a relevância sistema-usuário. **Revista Digital do Programa de Pós-graduação em Letras da PUCRS**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p.91-106, jun. 2015.

CARTA de Marília. In: III SEMINÁRIO DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: CENÁRIOS E TENDÊNCIAS. Marília, 2014. Disponível em: <http://www.valentim.pro.br/GICIO/Textos/Carta_de_Marilia_Portugues_Final.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

CARVALHO, A. M. G. **A apropriação da informação: um olhar sobre as políticas públicas sociais de inclusão digital**. 2010. 169 f. Tese (Doutorado em Ciencia da Informacao) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2010.

DECLARAÇÃO de Alexandria sobre alfabetização informacional e a aprendizagem ao longo da vida: Faróis para a Sociedade da Informação, 2005. Disponível em: <<http://archive.ifla.org>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

DECLARAÇÃO de Havana sobre 15 ações de COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO/ALFIN. Disponível em: <<http://www.ifla.org/.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

DECLARAÇÃO de Maceió. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, Documentação e Ciência da Informação, Alagoas, 2011. Disponível em: <http://febab.org.br/declaracao_maceio.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

DELAIA, C. R.; FREIRE, I. M. **Subsídios para uma política de gestão da informação na EMBRAPA Solos**. Perspectivas em Ciência da Informação, v.15, n.3, p.107-130, set./dez 2010.

DIAS, R., MATOS, F. **Políticas públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 1-67, 2012.

DOHA Declaration on Supporting Media and Information Literacy Education in the Middle-East. Disponível em: <www.dc4mf.org>. Acesso em: 27 mar. 2016

DUDZIAK, E. A. Information Literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, V.32, n. 1, p. 23-35, jan/abr. 2003.

FERREIRA, E. G. A.; SANTOS, E. S. MACHADO, M. N. Política de informação no Brasil: a lei de acesso à informação em foco. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v.2, n.1, mar. 2012.

FERREIRA, R. S. A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 36-41, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/124/105>> Acesso em: 6 mar. 2016.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Coleção Pesquisa qualitativa. Bookman Editora, 2009.

FLEURY, M. T. L.; FLEURY, Afonso. Construindo o conceito de competência. **Revista de administração contemporânea**, v. 5, p. 183-196, 2001.

GASQUE, K. C. G. D. Competência em Informação: conceitos, características e desafios. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, Curitiba, v. 2, n. 1, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.atoz.ufpr.br>>. Acesso em: 27 mar. 2016

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. PLAGEDER, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOOGLE Top 10 buscadores preferidos, de acordo com dados da Hitwise. **Hitwise - serviço da Serasa Experian para marketing digital**. 2014. Disponível em: <<http://noticias.serasaexperian.com.br/>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

GONZALEZ DE GOMEZ, M. N. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.1, p.60-76, jan./abr.2003.

GONZALEZ DE GOMEZ, M. N. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, v. 1, n. 1, p. 57-93, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100196519990002000>. Acesso em: 10 abr. 2016.

GONZALEZ DE GOMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 22, n. 3, 2012.

HATSCHBACK, M. H.; OLINTO, G. Competência em informação: caminhos percorridos e novas trilhas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.4, n.1, p. 20-34, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

IFLA (2011). IFLA Media and Information Literacy Recommendations. Disponível em: <<http://www.ifla.org>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

LASWELL, H. D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958. Disponível em: <<http://www.poicysciences.org/classics/politics.pdf>> Acesso em: 6 mar. 2016.

LIMA Declaration on Information Literacy Workshop Training the Trainers. 2009. <<http://www.albertkb.nl/>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

MAGNANI, M. C. B.; PINHEIRO, M. M. K. “regime” e “informação: a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p. 593 – 610, set. 2011.

MANIFESTO de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minoria. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2013. Disponível em: <<http://febab.org.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

MANHIQUE, I. L. E. Apropriação e uso de tecnologias intelectuais: intervenção em uma comunidade popular urbana. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 7, n. 1, p.17-31, jul. 2014.

MATA, M. L. **A competência informacional de graduandos de Biblioteconomia da região sudeste: um enfoque nos processos de busca e uso ético da informação**. 2009. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009. Cap. 164.

MELO, A. V. C.; ARAÚJO, E. A. Competência informacional e gestão do conhecimento: uma relação necessária no contexto da sociedade da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, p. 185-201, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-9362007000200012>

MOSCOW declaration on Media and Information Literacy. International Federation of Library Associations and Institutions: 2012. Disponível em: <http://ifapcom.ru/files/News/Images/2012/mil/Moscow_Declaration_on_MIL_eng.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2016.

OTTONICAR, S. L. C.; VALENTIM, M. L. P.; FERES, G. Gs. Competência em informação e os contextos educacional, tecnológico, político e organizacional. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 9, n. 1, p. 124-142, 2015.

PARIS declaration on mil in the digital era. Disponível em: <www.unesco.org>. Acesso em: 13 ago. 2016.

PRAGA declaration: "Towards an Information Literate Society", 2003. Disponível em: <www.unesco.org>. Acesso em: 13 ago. 2016.

PRATA, N. V. Informação e democracia deliberativa: um estudo de caso de participação política na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2007.

RIGA recommendations on media and information literacy in a shifting media and information landscape. Disponível em: <www.unesco.org>. Acesso em: 13 ago. 2016.

RICOTTA, F. C. M. **“Como os search engines funcionam?”**. 2007. 75 f. TCC (Graduação) - Departamento de Matemática e Computação, Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2007.

SACHETO, R. Participação popular em direção à democracia eletrônica. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 2011, Brasília. **Anais...** Brasília, 2011.

SANTOS, R. B. **Competência informacional: histórico e perspectivas para a sociedade da informação**. 2011. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/16624/1/2011_RafaelBarcelosSantosp.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2016.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 6 mar. 2016.

THE KHANTY-MANSIYSK declaration: Media and Information Literacy for Building a Culture of Open Government. International conference on “Media and Information Literacy for Building a Culture of Open Government”. Khanty-Mansiysk, Russian Federation: 2016. Disponível em: <<http://itforum.admhmao.ru/>>. Acesso em: 6 mar. 2016.

UNGER, R. J. G. **Regimes de informação na sociedade da informação**: uma contribuição para a gestão da informação. 2006. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Ppgci – Convênio Ibict/uff, Universidade Federal de Fluminense, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.isafreire.pro.br/>>. Acesso em: 24 out. 2016.

VIEIRA, G. T. et al. A utilização da idéia de “empoderamento” em políticas públicas e ações da sociedade civil. **Cadernos Gestão Social**, v. 2, n. 1, p. 135-148, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.adm.ufba.br>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Dimensões da competência Informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 40 n. 1, p.99-110, jan./abr., 2011

WEINER, S. A.; JACKMAN, L. W.; PRAUSE, E. "Strategizing for Public Policy: The Information Literacy State Proclamation Project" (2013). **Libraries Faculty and Staff Scholarship and Research**. Paper 60. Disponível em: <<http://docs.lib.purdue.edu>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

WERTHEIN, J. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

APÊNDICE – RECORTE DE PROGRAMAS TEMÁTICOS, ÁREA TEMÁTICA, DIRETRIZ E EIXO ESTRATÉGICO DO PLANO PLURIANUAL 2016 - 2019.

Programa Temático	Área temática	Diretriz Estratégica	Eixo
Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento	Social e Segurança Pública	Promoção do desenvolvimento cultural e artístico e acesso à cultura, com valorização da diversidade e fortalecimento da economia da cultura.	1
Educação de Qualidade para Todos	Social e Segurança Pública	Promoção da qualidade e ampliação do acesso à educação com equidade, articulando os diferentes níveis, modalidades e sistemas, garantindo condições de permanência e aprendizado e valorizando a diversidade.	1
		Promoção do emprego e do trabalho decente, com garantia de direitos trabalhistas, qualificação profissional e o fortalecimento do sistema público de emprego.	2 e 3
Justiça, Cidadania e Segurança Pública	Social e Segurança Pública	Fortalecimento da segurança pública e redução de homicídios, com integração de políticas públicas entre os entes federados, controle de fronteiras e promoção de uma cultura de paz.	4
		Fortalecimento da cidadania e dos direitos fundamentais, promovendo a participação social, o acesso à justiça, os direitos da pessoa idosa, dos jovens, da pessoa com deficiência, o respeito à população LGBT e o enfrentamento a todas as formas de violência.	2
Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	Infraestrutura	Promoção do direito à comunicação e à inclusão digital, ampliando o acesso à Internet banda larga e expandindo a oferta de serviços e conteúdos de telecomunicações.	1
Ciência, Tecnologia e Inovação	Desenvolvimento Produtivo e Ambiental	Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia.	3
Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	Temas especiais	Fortalecimento da capacidade de gestão do Estado, com foco no aumento da qualidade dos serviços prestados ao cidadão, na qualidade do gasto, na transparência, na comunicação e participação social, bem como da prevenção e do combate à corrupção.	4

Legenda

Eixo 1: Educação de qualidade como caminho para a cidadania e o desenvolvimento social e econômico

Eixo 2: Inclusão social e redução da desigualdade com melhor distribuição das oportunidades e do acesso a bens e serviços públicos de qualidade

Eixo 3: Ampliação da produtividade e da competitividade da economia, com fundamentos macroeconômicos sólidos, sustentabilidade e ênfase nos investimentos públicos e privados, especialmente em infraestrutura

Eixo 4: Fortalecimento das instituições públicas, com participação e controle social, transparência e qualidade na gestão